

EÓLICA PINDAÍ IV GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Contábeis de
acordo com as práticas adotadas no Brasil
31 de dezembro de 2025
REA 251/2026

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.....	3
Balço Patrimonial.....	8
Demonstração do Resultado	9
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	11
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	12
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS.....	13
a. Base de preparação.....	14
b. Moeda funcional e moeda de apresentação	14
c. Continuidade operacional.....	14
d. Uso de estimativas e julgamentos	14
e. Ajuste a valor presente.....	14
f. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes.....	15
f.1. <i>Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2025.....</i>	15
f.2. <i>Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.....</i>	15
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	16
a. Instrumentos financeiros.....	16
a.1. <i>Ativos financeiros.....</i>	16
a.2. <i>Passivos financeiros.....</i>	17
b. Imobilizado	17
b.1. <i>Mensuração.....</i>	17
b.2. <i>Depreciação.....</i>	18
c. Intangíveis.....	18
d. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – <i>Impairment.....</i>	18
e. Imposto de renda e contribuição social	18
f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes	18
g. Receita de contrato com cliente	18
4. GESTÃO DE RISCO	19
a. Risco de mercado.....	19
b. Riscos regulatórios.....	19
c. Risco operacional.....	19
d. Risco de liquidez	19
e. Risco de crédito.....	19
f. Risco de escassez de vento	19
g. Gestão de capital.....	20
5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	20
6. CONTAS A RECEBER	21
7. ADIANTAMENTOS	21
8. DESPESAS ANTECIPADAS.....	21

9.	INVESTIMENTOS.....	21
10.	IMOBILIZADO.....	22
a.	Abertura do imobilizado.....	22
b.	Movimentação do imobilizado.....	22
11.	INTANGÍVEL.....	23
a.	Abertura do intangível.....	23
b.	Movimentação do intangível.....	23
12.	CONTAS A PAGAR.....	23
13.	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	24
14.	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	24
15.	ADIANTAMENTOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	25
16.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	25
a.	Capital social.....	25
b.	Reserva legal, dividendos e reserva de lucros.....	25
17.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	26
18.	CUSTOS DE VENDAS POR NATUREZA.....	26
a.	Custos totais.....	26
i)	<i>Custos operacionais</i>	27
19.	DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	27
20.	RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO.....	27
21.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	28
22.	RESULTADO POR AÇÃO.....	28
a.	Básico.....	28
b.	Diluído.....	28
23.	SEGUROS.....	29
24.	REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES.....	29
25.	EVENTOS SUBSEQUENTES.....	29

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Eólica Pindaí IV Geração de Energia S.A.
Pindaí – BA – Brasil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Eólica Pindaí IV Geração de Energia S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pindaí IV Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho das suas operações e dos seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas – NBC TG 1000 (R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos

procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Impairment de ativos não financeiros

A avaliação realizada pela Administração da Companhia sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizados no montante de R\$ 132.064.599 e dos ativos intangíveis no montante de R\$ 12.279.336, notas explicativas nº 10 e 11, envolve julgamentos complexos e subjetivos e pressupostos sobre os resultados futuros para determinar o valor em uso da Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) da Companhia. Os julgamentos e pressupostos essenciais feitos pela Administração da Companhia para determinar o valor em uso da UGC incluem, entre outros, a taxa de desconto e as projeções de receitas e custos, com a metodologia dos fluxos de caixa descontados por UGC.

A Administração da Companhia não identificou necessidade de registrar uma redução ao valor recuperável dos ativos acima referidos relacionados à sua UGC.

Nossos testes foram aplicados nos valores contábeis dos ativos imobilizado e intangível da UGC da Companhia.

Avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as eventuais provisões para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizado e intangível e os procedimentos e testes adotados pela Administração para determinação do valor em uso da UGC – Unidade Geradora de Caixa existente.

Utilizamos nossos especialistas para testar a consistência entre os valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela Administração da Companhia, bem como, comparamos as projeções com as expectativas do mercado e setor em que a UGC da Companhia atua.

Ademais, realizamos uma análise de sensibilidade acerca das principais premissas utilizadas pela Administração (taxa de desconto, projeção de crescimento de receitas e margem de contribuição) com o objetivo de observar se essas premissas, individualmente ou coletivamente, requereriam necessidade de contabilização

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

de *impairment* significativamente diferente do considerado e divulgado pela Administração. Também consideramos a probabilidade de tais mudanças nas premissas ocorrerem.

Avaliamos a sua adequada divulgação dos ativos não financeiros nas notas explicativas às demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossos exames não identificaram exceções relevantes nos julgamentos e premissas utilizados pela Administração, de forma que os valores e informações divulgadas nas demonstrações contábeis estão adequados.

Responsabilidade da administração pelas das demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

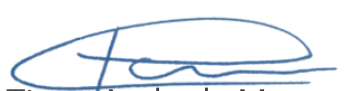
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 02 de março de 2026.

VBR Brasil - ValuConcept
Auditores Independentes S/S
CRC 2PR008722/O-5



Wesley Montechiani Figueira
Contador
CRC 1PR038884/O-7



Tiago Andrade Mancarz
Contador
CRC 3PR064611/O-2

ATIVO	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.647.565	8.581.286
Contas a receber	6	1.935.105	1.417.635
Adiantamentos	7	1.671.825	1.283.707
Despesas antecipadas	8	142.234	140.566
Ativo circulante		14.396.729	11.423.194
Investimentos	9	1.758.526	1.579.208
Imobilizado	10	132.064.599	136.326.021
Intangível	11	12.279.336	12.675.433
Ativo não circulante		146.102.461	150.580.662
Total Ativo		160.499.190	162.003.856
PASSIVO	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Contas a pagar	12	892.117	1.245.034
Obrigações tributárias	13	410.044	314.036
Empréstimos e financiamentos	14	3.922.543	3.585.651
Adiantamentos e outras contas a pagar	15	-	2.182.000
Dividendos a pagar		2.861.143	1.824.587
Passivo circulante		8.085.847	9.151.308
Empréstimos e financiamentos	14	76.361.577	80.128.675
Passivo não circulante		76.361.577	80.128.675
Capital social		63.668.568	63.668.568
Reservas de lucro		12.383.198	9.055.305
Patrimônio líquido	16	76.051.766	72.723.873
Total Passivo e Patrimônio Líquido		160.499.190	162.003.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Nota	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	17	20.948.077	15.908.514
Custos das vendas	18	(11.018.646)	(10.276.504)
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO		9.929.431	5.632.010
Despesas gerais e administrativas		(553.796)	(715.790)
Despesas tributárias		(23.349)	(18.664)
Outras receitas (despesas), líquidas		8.793	(873.323)
(DESPESAS) OPERACIONAIS	19	(568.352)	(1.607.777)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO		9.361.079	4.024.233
Receitas financeiras		1.413.413	901.961
Despesas financeiras		(5.295.999)	(5.888.249)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	20	(3.882.586)	(4.986.288)
LUCRO (PREJUÍZO) APÓS EFEITOS FINANCEIROS		5.478.493	(962.055)
Imposto de renda e Contribuição social	21	(1.114.044)	(787.856)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		4.364.449	(1.749.911)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	22	6.366.856.818	6.366.856.818
Lucro (prejuízo) líquido por ação	22	0,0007	(0,0003)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>4.364.449</u>	<u>(1.749.911)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>4.364.449</u></u>	<u><u>(1.749.911)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

	Reservas			Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	63.668.568	384.124	10.421.092	-	74.473.784
Resultado do exercício	-	-	-	(1.749.911)	(1.749.911)
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	(1.749.911)	1.749.911	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	63.668.568	384.124	8.671.181	-	72.723.873
Resultado do exercício	-	-	-	4.364.449	4.364.449
Constituição de reserva legal	-	218.222	-	(218.222)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.036.556)	(1.036.556)
Compensação do prejuízo do exercício	-	-	3.109.671	(3.109.671)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	63.668.568	602.346	11.780.852	-	76.051.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

	31.12.2025	31.12.2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.413.573	6.132.173
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.364.449	(1.749.911)
Itens que não afetam o caixa		
Depreciação e amortização	4.657.519	4.657.613
Atualização monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos	5.295.082	5.744.828
Atualização monetária e juros sobre mútuos	-	(33.560)
Avaliação de instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio do resultado	(209.573)	(143.764)
Resultado na alienação do ativo imobilizado	-	809.270
Varição nas contas de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	(388.117)	28.924
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	-	20.815
(Aumento) Redução em adiantamentos	(517.469)	5.198
(Aumento) Redução em despesas antecipadas	(1.668)	(58.433)
Aumento (Redução) em contas a pagar	(352.917)	323.861
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	906.045	659.522
Aumento (Redução) em adiantamentos e outras contas a pagar	(2.182.000)	2.182.000
Outros fluxos de caixa operacionais		
Pagamento de atualização monetária e juros sobre empréstimos e financiamentos	-	(57.328)
Pagamento de atualização monetária e juros sobre mútuos	(5.377.994)	(5.642.712)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(810.038)	(627.678)
Imposto de renda retido na fonte	30.254	13.528
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS	-	(38.806)
Recebimento de mútuos	-	374.013
Recebimento de juros sobre mútuos	-	27.687
Aquisição de ativo imobilizado	-	(440.506)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(3.347.294)	(3.565.141)
Amortização de mútuos	-	(611.474)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(3.347.294)	(2.953.667)
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades	2.066.279	2.528.226
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.581.286	6.053.060
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.647.565	8.581.286
Aumento (Redução) Líquido nas Disponibilidades	2.066.279	2.528.226

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Pindaí IV Geração de Energia S.A., com sede no Município de Pindaí, situado no interior do Estado da Bahia, foi constituída em 22 de maio de 2018 e tem como objeto social a exploração da atividade de produção de energia elétrica renovável através da construção do Parque Eólico Teiú.

O Parque Eólico Teiú possui 23,50 MWh de potência instalada sendo constituído por 10 aerogeradores modelo E-92 fabricados pela Companhia Wobben Windpower.

A Companhia teve neste exercício o financiamento e recursos aprovados junto ao banco BNB, conforme instrumentos de Contrato e aditivo realizado inicialmente em 2019. O que justifica a movimentação em seu passivo.

A licença de instalação foi obtida no ano de 2015 pelo antigo proprietário do projeto. A licença de alteração nº 18.068/2019 foi emitida pelo órgão ambiental em março de 2019, com vigência até abril de 2020 e renovado em 19 de outubro de 2020 até 18 de abril de 2021.

Houve início da operação de teste em dezembro de 2020 e início da operação comercial em dezembro de 2021.

Em maio de 2022, com aprovação da transformação societária, a Companhia anteriormente denominada Eólica Pindaí IV Geração de Energia Ltda ou "Limitada" passou a denominar Eólica Pindaí IV Geração de Energia S.A. ou "Sociedade Anônima" de capital fechado.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião dos acionistas em 02 de março de 2026.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), convergidas da norma internacional de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS for SMEs), emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis aplicáveis a pequenas e médias empresas, as quais estão corroboradas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

Todas as referências às Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Companhias, devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS, especialmente a norma internacional IFRS for SMEs, e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não está disponível no Brasil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

a. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis somente a companhias abertas. Por decisão da Administração a DVA não foi apresentada utilizando o entendimento descrito.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em REAIS, que é a moeda funcional da Companhia. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira foram ajustados às diretrizes contábeis vigentes no Brasil e convertidas para Reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perda resultantes do processo de conversão foram transferidos para o resultado do período atendendo ao regime de competência.

c. Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando, assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, são contempladas das demonstrações contábeis. Após análises, a Administração da Companhia considera que não há necessidade de constituições de provisões.

e. Ajuste a valor presente

O Ajuste a Valor Presente que tem por objetivo demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa, o qual se encontra determinado para as operações de longo prazo, ou de curto prazo quando relevantes, para os ativos e para os passivos.

Os juros foram sendo reconhecidos como receitas, despesas ou custos com o transcorrer do tempo na Demonstração do Resultado, ou como custo ativo, quando não atender ao conceito de registro na demonstração do resultado, respeitando o regime de competência.

f. Novos pronunciamentos e alterações e interpretações de pronunciamentos existentes

f.1. Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2025

A seguir apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados em 01 de janeiro de 2025, que não tiveram impacto significativo nas Demonstrações Contábeis da Companhia:

Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
Ausência de Conversibilidade (Alterações ao CPC 02/IAS 21); e	Esclarece os requisitos para avaliar se uma moeda é conversível em outra e como determinar a taxa de câmbio quando a conversibilidade não existe. A Administração avaliou suas operações em moeda estrangeira (Euro e Dólar) e não identificou impactos relevantes na determinação das taxas de fechamento. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.
IFRS S1 e S2 – Divulgações Relacionadas à Sustentabilidade	Estabelecem requisitos para a divulgação de informações sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e clima. Embora o cronograma de obrigatoriedade plena siga as resoluções da CVM, a Companhia avaliou que tais normas não alteram a mensuração de ativos e passivos nestas demonstrações contábeis. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação nestas demonstrações contábeis.

f.2. Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros.

A seguir apresentamos a lista das alterações recentes que não tiveram impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia, as quais deverão ser aplicadas para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2026 e que estão disponíveis para adoção antecipada em IFRS (mas não para entidades que reportam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil).

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7)	Incluem orientações sobre ativos financeiros com características contingentes e liquidações eletrônicas. A Administração não prevê impactos materiais, dado que seus instrumentos financeiros são predominantemente mensurados ao custo amortizado. Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas demonstrações e não nas futuras demonstrações contábeis.
1º de janeiro de 2026	Melhorias Anuais às Normas IFRS – Ciclo Volume 11	Ajustes de redação e esclarecimentos pontuais no IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9 e IAS 7 para eliminar conflitos normativos. Não foram identificados impactos relevantes antecipadamente. Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas demonstrações e não nas futuras demonstrações contábeis.
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 / CPC 51 – Apresentação e Divulgação em	Substituirá a IAS 1 / CPC 26. Introduz novas categorias obrigatórias na Demonstração do Resultado (Operacional, Investimento e

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Aplicação e impactos
	Demonstrações Contábeis.	Financiamento) e novos subtotais. A Administração iniciou o mapeamento das contas para futura reclassificação. Não identificamos impactos relevantes destas normas na preparação destas e nas futuras demonstrações contábeis.
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	As subsidiárias de empresas que usam as Normas Contábeis IFRS podem reduzir substancialmente suas divulgações e se concentrar mais nas necessidades dos usuários após o lançamento da IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, do IASB. Ainda não há pronunciamento técnico equivalente no Brasil. Não identificamos impactos relevantes da alteração das normas na preparação destas e das futuras demonstrações contábeis devido a Administração ter a intenção de divulgar a completude das normas, não apresentando nenhuma redução de divulgações das que julga relevante e úteis aos usuários.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Instrumentos financeiros

a.1. Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

a.1.a. Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas pelo regime de competência.

a.1.b. Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidos das perdas esperadas em crédito de liquidação duvidosa (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

a.1.c. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 avaliamos os ativos conforme as práticas mencionadas acima e não identificamos risco de perda no valor recuperável na data do balanço.

a.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. São registrados no passivo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como passivo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía contas a pagar, empréstimos e adiantamentos.

b. Imobilizado

b.1. Mensuração

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou de construção. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo.

Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*Impairment*), quando aplicável.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do ativo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b.2. Depreciação

As taxas de depreciação a serem utilizadas terão como base as taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas Companhias do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo do direito de exploração concedido.

c. Intangíveis

O Ativo intangível registrado refere-se ao valor de custo histórico relativo ao direito de exploração de energia Eólica para o período de 35 anos, outorgado pela ANEEL.

Foram procedidos os estudos de viabilidade do projeto, contendo todas as projeções de geração de energia, estudos dos ventos, crescimento de receitas, custos com *Funding*, CAPEX, endividamento, entre outros.

Tais intangíveis são avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico, sendo realizada pelos menos uma vez ao final de cada exercício. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são escriturados por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

d. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *Impairment*

A administração da Companhia fez a análise sobre a recuperabilidade dos ativos levando em conta os principais indicadores de desvalorização e conclusão de que todos os ativos se encontravam a valor recuperável através da Venda ou do Uso, dispensando assim a realização dos testes efetivos de *impairment* conforme prevê a Seção 27 de Redução ao Valor Recuperável de Ativos na NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

e. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo enquadramento tributário do Regime do Lucro Presumido, desta forma o Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados trimestralmente conforme o regramento tributário vigente.

f. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

g. Receita de contrato com cliente

A Companhia iniciou a geração de energia própria em dezembro de 2020 como fase de teste e operação de comercialização em dezembro de 2021. A receita é mensurada com base na

contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando a energia é efetivamente entregue ao cliente.

4. GESTÃO DE RISCO

a. Risco de mercado

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco de Companhia.

b. Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as suas atividades.

c. Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao Parque Eólico. A Administração da Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

d. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

e. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia (CCEE).

f. Risco de escassez de vento

A energia vendida pela atividade de geração eólica está diretamente ligada às condições climáticas e fatores naturais. A quantidade de energia vendida é determinada pelo potencial de energia instalada, estabelecida através de associação junto aos órgãos reguladores e especificada no contrato de

concessão. Um período prolongado de baixo fluxo do vento pode impactar negativamente a capacidade de gerar receita, levando a custos adicionais na aquisição de energia de outras geradoras ou à redução das receitas, resultando em menor rentabilidade para o negócio. A mitigação desse risco se dá por meio da contínua análise dos fluxos de ventos gerados na região, a partir de novos estudos contratados, bem como dos contratos de compra de energia com clientes chave, não gerando perda de energia gerada e não negociada.

g. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31.12.2025	31.12.2024
Total dos empréstimos	80.284.120	83.714.326
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(10.647.565)	(8.581.286)
Dívida líquida	69.636.555	75.133.040
Total do patrimônio líquido	76.051.766	73.229.638
Total do capital	145.688.321	148.362.678
Índice de alavancagem financeira - %	47,80	50,64

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Correspondem a valores em Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras de curtíssimo prazo, que estão disponíveis a qualquer tempo e não possuem quaisquer restrições de uso ou ônus. Apresentam a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Conta corrente	165	32
Aplicações financeiras (a)	10.647.400	8.581.254
	10.647.565	8.581.286

- (a) As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento dos compromissos de caixa de curto prazo, sendo indexadas pelo CDI. As aplicações não possuem travas vinculadas aos empréstimos e a Companhia.

6. CONTAS A RECEBER

As contas a receber apresentam os seguintes saldos:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Consumidores livres	1.935.105	1.417.635
	<u>1.935.105</u>	<u>1.417.635</u>

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de aproximadamente 45 dias.

Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia, portanto, não se faz necessária a constituição de perdas de créditos estimadas.

7. ADIANTAMENTOS

O saldo de adiantamento totalizou em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.671.825 (R\$ 1.283.707 em 31 de dezembro de 2024). Os valores são referentes à Fiança Bancária, tendo como fiador a sócia Wobben Windpower. O montante será quitado pela acionista assim que fixada novas fianças bancárias exigidas pelo BNB – Banco do Nordeste.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas apresentam os seguintes saldos:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Arrendamentos a apropriar	9.589	9.313
Seguro contra risco de mercado	2.675	-
Seguro garantia para construção	129.970	131.253
	<u>142.234</u>	<u>140.566</u>

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais, com coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas, junto a instituições seguradoras nacionais, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade, os riscos envolvidos nas operações e com base na orientação de consultores de seguros, conforme Nota Explicativa nº 23.

Os valores máximos segurados relativo à responsabilidade civil são de R\$ 15.000.000, os quais abrangem todo o complexo incluindo a Pindaí I, Pindaí II, Pindaí III e Pindaí IV, sendo que as Companhias Pindaí II, Pindaí III e Pindaí IV reembolsam a Pindaí I o valor relativo à sua participação nos riscos. Em 30 de janeiro de 2022 foi realizado a contratação de novo seguro para 5 anos, o qual também detalhamos na Nota Explicativa nº 23.

9. INVESTIMENTOS

As aplicações financeiras da Companhia, compostas por Fundo de Investimento, CDB e Operações Compromissadas, estão registradas pelo valor justo com liquidez diária e remuneração pós-fixada atrelada ao CDI. Em 2025, os rendimentos apropriados ao resultado pelo regime de competência refletem a rentabilidade de mercado para ativos de baixo risco.

Aplicação	Indexador	31.12.2025	31.12.2024
BNB Conta Reserva FI REF DI	100% do CDI	1.758.526	1.579.208
Não circulante		1.758.526	1.579.208

A movimentação do período foi a seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	1.579.208	1.455.260
Rendimentos (a)	209.573	143.764
Resgates (come-cotas)	(30.255)	(19.816)
Saldo final	1.758.526	1.579.208

- (a) A rentabilidade do fundo é pós-fixada, compatível com a variação das taxas praticadas no mercado financeiro, referenciadas por indicadores de curto prazo, refletindo a remuneração do caixa com risco reduzido e liquidez diária

10. IMOBILIZADO

a. Abertura do imobilizado

Vida útil	2025			2024	
	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Imobilizado líquido	
Bens em uso					
Edificações obra civil benfeitorias	35 anos	23.880.930	(2.729.207)	21.151.723	21.834.024
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	35 anos	125.216.152	(14.310.202)	110.905.950	114.483.501
Equipamentos de informática	35 anos	7.494	(2.821)	4.673	6.172
Móveis e utensílios	35 anos	2.484	(231)	2.253	2.324
		<u>149.107.060</u>	<u>(17.042.461)</u>	<u>132.064.599</u>	<u>136.326.021</u>

b. Movimentação do imobilizado

	31.12.2024	Aquisições	31.12.2025
Bens em uso			
Edificações obra civil benfeitorias	23.880.930	-	23.880.930
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	125.216.152	-	125.216.152
Equipamentos de informática	7.494	-	7.494
Móveis e utensílios	2.484	-	2.484
Custo histórico	<u>149.107.060</u>	-	<u>149.107.060</u>
Edificações obra civil benfeitorias	(2.046.906)	(682.301)	(2.729.207)
Máquinas e equipamentos - sistema de geração	(10.732.651)	(3.577.551)	(14.310.202)
Equipamentos de informática	(1.322)	(1.499)	(2.821)
Móveis e utensílios	(160)	(71)	(231)
Depreciação acumulada	<u>(12.781.039)</u>	<u>(4.261.422)</u>	<u>(17.042.461)</u>
Imobilizado líquido	<u>136.326.021</u>	<u>(4.261.422)</u>	<u>132.064.599</u>

Relativo ao ativo imobilizado, a acionista Wobben iniciou a concepção do parque eólico através dos estudos, projetos e contratação de consultorias. A operação do parque eólico teve seu início no fim do ano de 2020. Tal situação ocorreu devido a atrasos nas obras por conta do COVID, bem como, liberação de certidões do meio ambiente. A Companhia possui direito de exploração de energia eólica de 35 anos a partir da implantação e início da geração de energia, a qual iniciou no segundo semestre de 2020.

A Companhia assinou contrato de financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste para o financiamento da construção do parque eólico. O recurso foi liberado em junho de 2022 conforme Nota Explicativa nº 14.

11. INTANGÍVEL

a. Abertura do intangível

	Vida útil	2025		2024
		Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Estudo de projetos	35 anos	13.863.606	(1.188.173)	12.279.336
				12.675.433

b. Movimentação do intangível

	31.12.2024	Adições	31.12.2025
Estudo de projetos	13.863.606	-	13.863.606
Total custo histórico	13.863.606	-	13.863.606
Estudo de projetos	(1.188.173)	(396.097)	(1.584.270)
Amortização acumulada	(1.188.173)	(396.097)	(1.584.270)
Total líquido	12.675.433	(396.097)	12.279.336

O Ativo Intangível é relativo ao valor do projeto do parque eólico que apresenta o direito de exploração de energia eólica para o período de 35 anos. Foram procedidos os estudos de viabilidade do projeto, contendo todas as projeções de geração e crescimento de receitas, custos com *Funding*, CAPEX, endividamento para o total dos 420 meses.

Não foram identificadas perdas no valor recuperável deste ativo devido ao valor do fluxo de caixa esperado da operação não apresentar valor menor que o desembolso para aquisição do ativo.

12. CONTAS A PAGAR

A composição do contas a pagar é a seguinte:

	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores de mercadorias e Serviço	751.287	1.111.229
Fornecedores transmissão	140.830	133.805
	892.117	1.245.034

O quadro abaixo demonstra a abertura do saldo de Fornecedores de mercadorias e serviços por vencimento:

<i>Aging list</i>	31.12.2025	31.12.2024
A vencer entre 0 e 30 dias	298.393	244.739
A vencer entre 60 e 90 dias	-	695.851
A vencer entre 90 e 120 dias	-	101.153
A vencer acima de 120 dias	593.724	203.291
	892.117	1.245.034

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A composição das obrigações tributárias é a seguinte:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
IRRF retido a recolher	1.501	801
IRPJ a recolher	175.825	130.856
CSLL a recolher	123.532	91.115
COFINS a recolher	58.053	43.157
PIS a recolher	12.578	9.351
Contribuições sociais a recolher	13.614	12.424
ICMS a recolher	-	36
ISSQN retido a recolher	1.723	4.020
INSS retido a recolher	23.218	22.276
	<u><u>410.044</u></u>	<u><u>314.036</u></u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A Companhia iniciou a apresentação de estudo e solicitação inicial para obtenção do crédito de financiamento para construção do parque eólico junto ao BNB – Banco do Nordeste. Conforme instrumentos de Contrato e aditivo realizados inicialmente, determinando as obrigações do creditado para efetivação e liberação dele. O total do recurso liberado em março de 2022 foi de R\$ 90.373.163.

A composição do saldo, remuneração da instituição financeira e vencimento final é como segue:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Atualização monetária e taxa de juros a.a.</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
BNB - Banco do Nordeste	IPCA + 2,6994%	15/04/2039	80.284.120	83.714.326
Circulante			3.922.543	3.585.651
Não circulante			76.361.577	80.128.675

A movimentação do período foi a seguinte:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Saldo inicial	83.714.326	86.635.366
Atualização monetária e juros do período	5.295.082	5.675.339
Amortização de principal	(3.347.294)	(2.953.667)
Pagamento atualização monetária e juros	(5.377.994)	(5.642.712)
Saldo final	<u><u>80.284.120</u></u>	<u><u>83.714.326</u></u>

(a) Garantias e covenants

Foram constituídas as seguintes garantias reais e cláusulas restritivas (covenants):

- (i) Fiança bancária;
- (ii) Contratação de seguros para a construção da obra e operação; e
- (iii) Cessão fiduciária de fundo de liquidez em conta reversa (conta corrente e aplicação financeira na própria instituição financeira), que corresponderá a no mínimo 1,3216% do valor efetivamente desembolsado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todas as garantias e covenants foram devidamente cumpridas.

15. ADIANTAMENTOS E OUTRAS CONTAS A PAGAR

Durante o exercício de 2025, os valores se referem à adiantamento do cliente Tradener, os quais serão compensados através de liquidação futura com os faturamentos dos meses seguintes. Em 31 de dezembro de 2025 não existem montantes nesta rubrica (R\$ 2.182.000 em 31 de dezembro de 2024).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em maio de 2022, houve início ao processo de transformação societária da Companhia de "Limitada" ou "Ltda" para "Sociedade Anônima" ou "S.A.".

O processo foi concluído em 28 de julho de 2022 mediante a conversão do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e emissão de novas ações na quantidade de 1.270.000.000 a R\$ 0,01 cada uma, totalizando a R\$ 12.700.000.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social é composto por 6.366.856.818 ações a R\$ 0,01 cada uma, totalizando R\$ 63.668.568.

A quantidade de ações está assim distribuída:

	%	31.12.2025	31.12.2024
Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Pirineus	41,36%	2.633.599.291	2.633.599.291
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	58,64%	3.733.257.527	3.733.257.527
	<u>100%</u>	<u>6.366.856.818</u>	<u>6.366.856.818</u>

b. Reserva legal, dividendos e reserva de lucros

Conforme Art. 193 da Lei nº 6.404 de 1976, a reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Conforme Art. 202, inciso I e § 2º da Lei nº 6.404 de 1976, quando o estatuto for omissivo e a assembleia geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as parcelas do resultado foram assim distribuídas:

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.364.449	(1.749.911)
Reserva legal - 5%	(218.222)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.036.556)	-
Parcela destinada à reserva de lucros (compensação de prejuízos)	<u>3.109.671</u>	<u>(1.749.911)</u>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reserva de lucros é assim apresentada:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Lucros (prejuízos) acumulados saldo inicial	8.671.181	10.421.092
Parcela destinada à reserva de lucros (compensação de prejuízos)	3.109.671	(1.749.911)
Saldo final da reserva de lucros	<u>11.780.852</u>	<u>8.671.181</u>

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou um aumento na receita operacional líquida em relação ao exercício anterior. Tal variação decorre, principalmente, da outorga da garantia física ocorrida no período, que ampliou o lastro disponível para comercialização. Esse incremento permitiu uma maior geração de receita junto à CCEE e no mercado livre em comparação ao período anterior.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações dos resultados:

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receita Operacional Bruta		
Vendas bilaterais - longo prazo	21.088.130	16.461.309
Receitas C.C.E.E.	653.517	49.863
	<u>21.741.647</u>	<u>16.511.172</u>
Deduções da receita operacional		
PIS	(141.321)	(107.323)
COFINS	(652.249)	(495.335)
	<u>(793.570)</u>	<u>(602.658)</u>
	<u>20.948.077</u>	<u>15.908.514</u>

18. CUSTOS DE VENDAS POR NATUREZA

a. Custos totais

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Liquidação C.C.E.E.	(834.516)	(10.090)
Custos com comercialização	(13.691)	(13.087)
Consultorias	(72.438)	(40.572)
Outros custos	-	(1.980)
Custos operacionais (i)	(10.098.001)	(10.210.775)
	<u>(11.018.646)</u>	<u>(10.276.504)</u>

O aumento expressivo nos custos de vendas em 2025 reflete a maior volumetria de liquidação e encargos junto à CCEE. Esse movimento acompanha a expansão das operações após a outorga da garantia física, o que resultou em maiores obrigações setoriais diretamente vinculadas ao novo patamar de lastro comercializado.

i) Custos operacionais

	31.12.2025	31.12.2024
Depreciação e amortização do parque eólico	(4.657.519)	(4.657.613)
Custo operação e manutenção (O&M)	(5.440.482)	(5.553.162)
	(10.098.001)	(10.210.775)
O&M - Telefone/ internet/ link	(27.243)	(23.757)
O&M - Seguros	(246.688)	(258.573)
O&M - Serviços de terceiros	(114.732)	(119.253)
O&M - Taxas de fiscalização	(100.959)	(96.273)
O&M - Custos ambientais	(136.525)	(189.392)
O&M - Operação da usina	(484.011)	(150.592)
O&M - Manutenção de equipamentos	(2.233.249)	(2.136.749)
O&M - Arrendamentos e aluguéis	(68.001)	(67.889)
O&M - Manutenção instalações	(331.078)	(585.236)
O&M - Encargos de transmissão e distribuição	(1.697.996)	(1.618.934)
O&M - Frete/Transporte	-	(8.460)
O&M - Cessão de uso da subestação	-	(298.054)
	(5.440.482)	(5.553.162)

19. DESPESAS OPERACIONAIS E OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais apresentam a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Serviços de terceiros	(523.840)	(149.717)
Utilidades e serviços	(4.743)	(518.151)
Viagens e representações	(11.430)	(16.394)
Impostos, taxas e multas	(37.132)	(50.192)
Baixa de imobilizado	-	(931.772)
Venda de certificado de energia renovável	8.793	58.449
	(568.352)	(1.607.777)

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido apresenta a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas Financeiras		
Rendimento aplicações financeiras	1.413.413	867.040
Juros sobre mútuos	-	33.560
Atualização monetária	-	1.361
	1.413.413	901.961
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	(5.295.082)	(5.744.828)
Juros pagos	(22)	-
Multas pagas	(137)	(143.351)
Outras despesas	(758)	(70)
	(5.295.999)	(5.888.249)
Resultado financeiro líquido	(3.882.586)	(4.986.288)

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, está a seguir demonstrada:

	31.12.2025	31.12.2024
Vendas bilaterais	21.088.130	16.461.309
Receitas C.C.E.E.	653.517	49.863
	<u>21.741.647</u>	<u>16.511.172</u>
Base de cálculo presumida imposto de renda (8%)	1.739.332	1.320.894
Base de cálculo presumida contribuição social (12%)	2.608.998	1.981.341
Receitas financeiras e outras receitas	1.377.651	892.095
Base de cálculo Imposto de renda	3.116.983	2.212.989
Base de cálculo Contribuição Social	3.986.649	2.873.436
Imposto de renda (15%)	(467.547)	(331.948)
Imposto de renda adicional (10%)	(287.699)	(197.299)
Imposto de renda total	(755.246)	(529.247)
Contribuição social (9%)	(358.798)	(258.609)
Total de IRPJ e CSLL do período	<u>(1.114.044)</u>	<u>(787.856)</u>

22. RESULTADO POR AÇÃO

a. Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há ações em tesouraria mantidas no patrimônio líquido da Companhia. O prejuízo por ação, fica assim apresentado:

	31.12.2025	31.12.2024
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas da Companhia	4.364.449	(1.749.911)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (média)	<u>6.366.856.818</u>	<u>6.366.856.818</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	<u>0,0007</u>	<u>(0,0003)</u>

b. Diluído

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste de quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía potenciais ações ordinárias com efeitos diluidores.

23. SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros para todo o complexo de geração de energia.

Os valores máximos segurados para risco de engenharia são de R\$ 198.397.654, definidos como coberturas de riscos operacionais, lucros cessantes/interrupção de negócio, conforme SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) informados na apólice vigente durante o exercício de 2025 e 2024. Tais montantes abrangem todo o complexo de geração de energia, incluindo assim a Pindaí I e como cossegurado (s); Pindaí II; Pindaí III; Pindaí IV, sendo que as Companhias Pindaí II; Pindaí III e Pindaí IV reembolsam a Pindaí I o valor relativo à sua participação nos riscos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Objeto segurado</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Importância segurada</u>
Imobilizado e Intangível	Construção, Fornecimento e Prestação de Serviços	Limitado aos saldos contábeis
Fiança bancária	Garantia de inadimplência	100% do valor do financiamento contratado

24. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Não houve remuneração de nenhuma natureza a administradores ao longo dos exercícios de 2025 e 2024.

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes que se fizessem necessários ajustes até a emissão desta demonstração financeira.

* * * * *